

# Avançando na Implementação dos ODS:



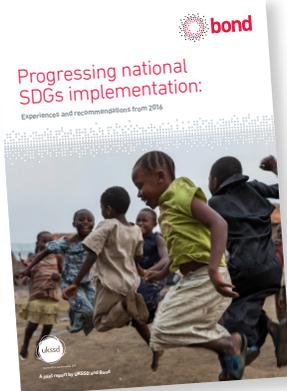
Uma avaliação independente dos relatórios voluntários de revisão nacional submetidos ao Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável em 2017

Segunda edição de uma série anual encomendada por organizações da sociedade civil



## Agradecimentos

Este relatório foi escrito por Shannon Kindornay, consultora independente e professora adjunta de pesquisa da Universidade Carleton, com contribuições de Javier Surasky (Coordenador de Área, Governança para Pesquisa em Desenvolvimento, Centro de Pensamento Estratégico Internacional, CEPEI) e Nathalie Risse (Especialista Temática, Agenda 2030 para Desenvolvimento



Sustentável, Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável, IISD). Shannon Kindornay coletou os dados para todas as revisões nacionais voluntárias (RNVs), Javier Surasky para todas as RNVs latino-americanas e Nathalie Risse para todas as RNVs em francês. Trata-se de um seguimento ao relatório produzido pela Bond (UK) em novembro de 2016, intitulado Progresso na Implementação

Nacional dos ODS: experiências e recomendações de 2016 (disponível em inglês).

Um Comitê Diretor orientou os preparativos deste relatório. Foi liderado pelo Conselho Canadense de Cooperação Internacional (CCIC) e composto pelas seguintes pessoas e organizações: Oli Henman, Action for Sustainable Development (A4SD) e CIVICUS; Mariana Rudge e Phil Reed, Bond (UK); Diego Martinez-Schutt, Agência Católica para o Desenvolvimento (CAFOD); Fraser Reilly-King, CCIC; Deirdre de Burca, Fórum Internacional das Plataformas Nacionais de ONGs (IFP-FIP); Naiara Costa, Together 2030; e Ruth Fuller, WWF-UK.

Além disso, os autores desejam agradecer a Michael Olender, que editou os perfis dos países, e Emilie Sing, que colaborou na finalização dos dados coletados dos relatórios das RNVs.

Embora muitos tenham analisado e comentado o relatório, Shannon Kindornay assume total responsabilidade por quaisquer erros factuais.

## Comitê Diretor

*Ação para o Desenvolvimento Sustentável (A4SD), Bond, Conselho Canadense para Cooperação Internacional (CCIC), Agência Católica para o Desenvolvimento (CAFOD), Fórum Internacional das Plataformas Nacionais de ONGs, Together 2030 e WWF-UK.*

## Colaboradores e financiadores adicionais

*Centro de Pensamento Estratégico Internacional (CEPEI), Parceria das OSC para a Eficácia do Desenvolvimento, Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD), Sightsavers e UKSSD.*

Avançando na Implementação dos ODS: Uma avaliação independente dos relatórios voluntários de revisão nacional submetidos ao Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável em 2017, Março de 2018. Publicado pelo Conselho Canadense para a Cooperação Internacional, 39 McArthur Avenue, Ottawa, ON K1L 8L7 © CCIC, 2018

Charitable Registration # 11883 0439 RR0001  
Corporation Number: 034565-2

Diagramação: Phive Design  
Foto de Capa: © CPAR Farmer Field School Group em Nyamatok, Tanzania. Foto de Allan Lissner/OCIC, da exposição virtual online <http://www.ocic.on.ca/transformations2017>

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0.

As opiniões expressas neste relatório não representam necessariamente as opiniões dos respectivos membros do Comitê Diretor ou dos financiadores deste relatório.

## Sumário Executivo

---

Em julho de 2018, representantes de governos se reunirão para a Sexta Reunião do Fórum Político de Alto-Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF, na sigla em inglês) e examinarão o progresso na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Fórum tem o mandato de conduzir revisões regulares, inclusivas, lideradas pelos Estados e também revisões temáticas sobre a implementação da Agenda 2030, incluindo com contribuições de outros órgãos intergovernamentais, processos regionais, grupos principais [major groups] e outras partes interessadas<sup>1</sup>. Os países apresentam suas revisões nacionais voluntárias (RNVs) anualmente durante o HLPF. Conforme descrito na Agenda 2030, esse processo de acompanhamento e revisão tem por objetivo promover a prestação de contas aos cidadãos, apoiar uma cooperação internacional eficaz e fomentar o intercâmbio de melhores práticas e aprendizagem mútuas<sup>2</sup>.

Esta avaliação documenta e analisa os 42 relatórios das RNVs disponíveis em inglês, francês e espanhol apresentados em 2017 ao HLPF, bem como uma amostra dos relatórios da sociedade civil também produzidos em 2017 para o HLPF<sup>3</sup>. O relatório da RNV do Reino dos Países Baixos forneceu informações sobre todos os quatro países, incluindo Aruba, Curaçao e São Martinho. Considerando os esforços do Reino dos Países Baixos em realizar uma análise aprofundada de seus quatro países, esta avaliação também analisou cada relatório separadamente e com detalhes e se refere aos diferentes países ao longo da análise. Desta forma, a análise é baseada em dados para 45 países. Esta avaliação dos relatórios das RNVs inclui recomendações para melhorar a implementação da Agenda 2030 e o processo e relatórios das RNVs, além de como fortalecer os mecanismos de responsabilização em torno da implementação da Agenda 2030. A avaliação identifica melhores práticas na implementação da Agenda 2030 com o objetivo de fornecer recomendações sobre como os governos, organizações da sociedade civil (OSC) e outras partes interessadas podem melhorar seus esforços. Também fornece recomendações sobre como os países podem melhorar seus relatórios para as RNVs do HLPF, por meio do

seguimento e baseando-se nas diretrizes comuns do Secretário Geral da ONU para os relatórios das RNVs no HLPF.

Note-se que as análises nesta avaliação se baseiam, em grande parte, nos relatórios das RNVs e, quando disponíveis, nos relatórios da sociedade civil. Nenhuma pesquisa adicional foi realizada para verificar a precisão e validar as informações providas pelos governos em seus relatórios. Quando relevante, foram considerados resultados de outras avaliações dos relatórios das RNVs para 2017. No entanto, esta é uma clara limitação dos resultados desta avaliação.

### PAÍSES QUE APRESENTARAM SEUS RELATÓRIOS NO HLPF DE 2017

Afganistão, Argentina, Azerbaijão, Bangladesh, Bélgica, Belize, Benim, Botswana, Brasil, Catar, Chile, Chipre, Costa Rica, Dinamarca, El Salvador, Eslovênia, Etiópia, Guatemala, Honduras, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Jordânia, Luxemburgo, Malásia, Maldivas, Mônaco, Nepal, Nigéria Panamá, Peru, Portugal, Quênia, Reino dos Países Baixos (incluindo Aruba, Curaçao, Holanda, São Martinho), República Tcheca, Suécia, Tailândia, Tajiquistão, Togo, Uruguai e Zimbábue

<sup>1</sup> A palavra "Stakeholders" foi traduzida como "partes interessadas" ou "atores e partes interessadas" ao longo do texto.

<sup>2</sup> Acesso: United Nations. 2016. Critical milestones towards coherent, efficient and inclusive follow-up and review at the global level. Report of the Secretary-General. A/70/684. New York: United Nations. Disponível em: [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/70/684&Lang=E](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/70/684&Lang=E).

<sup>3</sup> Detalhes sobre a metodologia, incluindo o marco analítico utilizado para a avaliação de todas as RNVs podem ser encontrado no Anexo 2.

O estudo revela que a maioria dos países que apresentaram seus relatórios em 2017 parecem ter estabelecido elementos fundamentais para a implementação da Agenda 2030. Este estudo delinea o que os governos relataram com relação à conscientização, à incorporação da Agenda 2030 e dos ODS nas políticas e planos nacionais, ao desenvolvimento de mecanismos institucionais para implementação, planos nacionais, à consulta com as partes interessadas locais, ao desenvolvimento de parcerias e ao monitoramento e avaliação de progresso. No entanto, os relatórios das RNVs seguem irregulares. Além disso, o nível de envolvimento dos governos nesses diferentes pilares da implementação da Agenda 2030 não é uniforme dentro ou entre os países. Muito pode ser aprendido e aplicado a partir das práticas emergentes e das melhores práticas já identificadas até o momento em diferentes países. As melhores práticas identificadas a partir dos relatórios das RNVs são destacadas ao longo desta avaliação. Os relatórios das RNVs mostram que são necessários maiores esforços para assegurar um alto nível de implementação em todos os pilares da implementação dentro dos países e por todos os países para atender às ambições da Agenda 2030 e alcançar os ODS.

## Resultados, melhores práticas e recomendações

### INCORPORAÇÃO DA AGENDA 2030 EM MARCOS E POLÍTICAS NACIONAIS

A maioria dos países (40) que apresentaram relatórios em 2017 incorporou de alguma forma os ODS em seus planos de desenvolvimento nacionais e em políticas e marcos relacionados e são capazes de demonstrar ações concretas com relação à implementação da Agenda 2030. Um número limitado de países (2) afirma que suas políticas e marcos nacionais já se alinham aos ODS. No entanto, com a exceção do conceito de “não deixar ninguém para trás”, outros princípios importantes da Agenda 2030, como, por exemplo a universalidade e a abordagem baseada em direitos humanos, não são mencionados na maioria dos relatórios das RNVs. Os países tendem a se concentrar nos ODS em vez dos princípios transformadores da Agenda 2030.

#### MELHORES PRÁTICAS

**Integrar as prioridades da Agenda 2030 nas políticas e marcos nacionais e desenvolver um roteiro para acelerar a implementação.**

**Conectar explicitamente a implementação de cada ODS com os marcos de direitos humanos nacionais e internacionais relevantes**

 Com base nos resultados, muitos Estados Membros ainda precisam:

- Integrar plenamente a Agenda 2030 e os ODS em planos e estratégias nacionais, com base em uma avaliação das políticas, abordagens e avanços existentes para identificar lacunas, adaptar políticas e focar em áreas onde um progresso adicional se faça necessário. O fato de as políticas existentes já se alinharem aos ODS não é suficiente.
- Operacionalizar os princípios da Agenda 2030 em abordagens de implementação - reconhecendo a natureza universal, baseada em direitos e interligada da Agenda que visa a não deixar ninguém para trás e assegurar o desenvolvimento sustentável dentro dos limites planetários. Isso deve incluir planos e estratégias baseadas nos direitos humanos, trabalhando propositadamente para colocar os mais vulneráveis em primeiro lugar e consistentemente alcançar comunidades marginalizadas e apoiar a universalidade da Agenda - mais especificamente, abordar as dimensões domésticas e globais do desenvolvimento sustentável. Os relatórios das RNVs devem demonstrar como as abordagens de desenvolvimento sustentável estão mudando significativamente com base nos princípios da Agenda 2030 e não apenas nos ODS.

### GOVERNANÇA PARA LIDERANÇA E MECANISMOS INSTITUCIONAIS

A maioria dos países (36) parece estar fazendo uso de conselhos ou comitês para gerenciar a implementação da Agenda 2030, com a liderança de Ministros de Estado (14) ou um conselho de implementação ou comissão fora do parlamento (11). Uma minoria de países (18) incluiu formalmente atores não estatais em mecanismos de governança; ao passo que a maioria simplesmente registra seu compromisso de envolver atores não estatais. Embora o compromisso dos países de envolver atores não estatais na governança e mecanismos institucionais seja bem-vindo, isso deve ser considerado como um padrão e não como uma melhor prática. Para os países que formalmente incluíram atores não estatais, a representação é mais proeminente em grupos de trabalho técnicos do que em conselhos ou comitês. Com relação a quem os governos mobilizam, sociedade civil e setor privado são mais comumente citados, seguidos pela academia, parceiros de desenvolvimento, parlamento e instituições governamentais. A inclusão formal de representantes dos principais grupos de interesse (stakeholders) é essencial, e é algo em que a sociedade civil monitorará ativamente para garantir que as práticas mudem e melhorem.

**MELHOR PRÁTICA**

**A inclusão formal de atores não estatais nos mecanismos de governança contribui para a inclusão, para uma abordagem com foco na sociedade como um todo [whole of society approach] na implementação da Agenda 2030 e na promoção de parcerias.**



Com base nesses resultados, muitos Estados Membros ainda precisam:

- Estabelecer claramente estruturas de liderança e governança para apoiar a implementação da Agenda 2030 e estabelecer linhas de responsabilização entre os vários atores e partes interessadas nacionais.
- Formalizar a participação de atores não estatais nas estruturas de governança para cumprir a Agenda 2030.

**ANÁLISE DE LINHAS DE BASE OU LACUNAS**

A maioria dos países (38) declara que estão fazendo uso de avaliações de políticas e / ou dados para informar suas políticas e abordagens para a implementação dos ODS, embora informações sobre os resultados dessas avaliações não estejam disponíveis nos relatórios das RNV. As lacunas mais citadas - identificadas por essas avaliações - incluem a falta de informações suficientes sobre objetivos ou metas específicas e amplas limitações com relação aos dados. Existe uma clara necessidade de compreender o estado dos dados oficiais e da pesquisa relacionados à implementação da Agenda 2030 para facilitar o escrutínio das políticas governamentais e identificar onde as lacunas podem ser preenchidas por dados suplementares de cidadãos ou órgãos de pesquisa.

**MELHOR PRÁTICA**

**Avaliar políticas, disponibilidade de dados e linhas de base para informar a priorização e a nacionalização da Agenda 2030**

**Assegurar uma abordagem baseada em evidências para a implementação.**



Com base nesses resultados, muitos Estados Membros ainda precisam:

- Realizar uma avaliação para identificar lacunas nas políticas e programas existentes e estabelecer linhas de base para medir o progresso e avaliar onde são necessários esforços adicionais.

- Definir claramente como a avaliação foi conduzida e fornecer um resumo das lacunas identificadas para cada Objetivo.

**INTEGRAÇÃO E COERÊNCIA POLÍTICA**

Embora a tendência entre os países tenha sido de cobrir todas as dimensões do desenvolvimento sustentável em seus relatórios de RNV, inclusive por meio de análise detalhadas, a maioria dos países (34) não reportou sobre o conjunto completo dos ODS em 2017. Referências limitadas às interligações entre os Objetivos feitas por 19 países na análise individual dos ODS também podem indicar que os países não estejam garantindo adequadamente a integração em suas abordagens para a implementação da Agenda 2030. A coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável não se destaca fortemente nos relatórios de RNVs, com apenas um número limitado de países (11) fornecendo uma avaliação do impacto de suas políticas domésticas e externas sobre os resultados em desenvolvimento sustentável globalmente. Vinte e dois países conectam as mudanças climáticas e o [Acordo de Paris](#) à Agenda 2030. Quinze (15) vinculam-na com a [Agenda de Ação de Addis Abeba](#). Quinze (15) também se referiram à coerência política para o desenvolvimento sustentável.

**MELHOR PRÁTICA**

**Avaliar detalhadamente todos os 17 ODS, incluindo as interligações entre todas as dimensões do desenvolvimento sustentável e referências aos esforços domésticos e globais na realização da Agenda 2030.**

**Apresentar um sumário das melhores práticas, lições aprendidas, lacunas e prioridades e áreas em que mais apoio se faz necessário para a análise de cada ODS e para facilitar o aprendizado e a parceria global.**



Com base nesses resultados, muitos Estados Membros ainda precisam:

- Avaliar todos os 17 objetivos nos relatórios das RNVs, respeitando a natureza indivisível da Agenda de 2030 e dos ODS.
- Assegurar que todas as dimensões do desenvolvimento sustentável sejam abordadas na implementação dos ODS e nos relatórios das RNVs. As interligações e sinergias entre as diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável devem ser claramente definidas nas políticas, apoiadas por meio da implementação e incluídas nos relatórios - tudo para ajudar a assegurar uma clara integração.

- Incluir um resumo das melhores práticas, lições aprendidas, lacunas e prioridades, e áreas onde mais apoio se faz necessário para a análise de cada ODS e para facilitar o aprendizado e a parceria global.
- Vincular a implementação da Agenda 2030 ao Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas e à Agenda de Ação de Addis Abeba, inclusive no relatório da RNVs.
- Fornecer uma avaliação das dimensões domésticas e globais do desenvolvimento sustentável na análise de cada Objetivo, demonstrando as contribuições para a realização dos ODS no país e no exterior e apoiando a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável.



### NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS

Os relatórios que incluíram um capítulo dedicado ao princípio de 'não deixar ninguém para trás' tendiam a fazer um melhor trabalho em descrever quais eram os grupos que poderiam ficar para trás e quais esforços estavam sendo feitos para alcançar aqueles que estavam ainda mais atrás. Apenas 14 países forneceram uma indicação da disponibilidade de dados sobre 'não deixar ninguém para trás', e a maioria desses (11) observou que dados adicionais desagregados por sexo, região, capacidade, idade, status social e / ou grupos específicos eram necessários. No entanto, a maior parte dos países (33) identificou aqueles com o maior risco de ficar para trás, muitas vezes apontando para mulheres, crianças e jovens, pessoas com deficiência e pessoas idosas. Para responder a esse desafio, os países destacaram o uso de políticas sociais amplas que estabelecem padrões mínimos, bem como políticas e iniciativas que visam a grupos específicos e/ou reduzem a desigualdade nacional. Como os relatórios não fornecem informações sobre os dados para 'não deixar ninguém para trás' ou o impacto de suas políticas em grupos vulneráveis, não é possível avaliar quais políticas e programas estão atingindo primeiro as pessoas que estão mais atrás no desenvolvimento.

#### MELHOR PRÁTICA

**Dedicar um capítulo do relatório da RNV ao princípio de 'não deixar ninguém para trás', detalhando quais grupos estão sendo deixados para trás, os dados disponíveis e os esforços para não deixar ninguém para trás e para reduzir as inequidades nacionais.**



Com base nesses resultados, muitos Estados Membros ainda precisam:

- Incluir um capítulo específico sobre o princípio de 'não deixar ninguém para trás' no relatório das RNV.
- Oferecer informações sobre o status da coleta de dados ou planos para melhorar a disponibilidade de dados para informar os esforços relativos a esse tema. Garantir que 'ninguém seja deixado para trás' significa saber quem está sendo deixado para trás, por quanto e em quais áreas.
- Destacar os esforços existentes e planejados para 'não deixar ninguém para trás', incluindo como as políticas e os programas estão sendo adaptados para alcançar em primeiro lugar as pessoas que estão mais atrás no desenvolvimento sustentável.
- Focar no enfrentamento da desigualdade nacional na implementação da Agenda 2030, inclusive em apoio ao ODS 10 sobre a redução das desigualdades, e descrever nos relatórios das RNV o status atual da desigualdade nacional e como ela está sendo enfrentada.



### AMPLIANDO A CONSCIENTIZAÇÃO E A APROPRIAÇÃO (OWNERSHIP)

A maioria dos governos (41) afirma que realizaram iniciativas para aumentar a conscientização sobre a Agenda 2030 e as prioridades nacionais identificadas, em consulta com os atores e partes interessadas nacionais, e que esta é uma área de esforço contínuo. As prioridades nacionais tendem a refletir todas as dimensões do desenvolvimento sustentável e, em menor medida, questões de governança. No entanto, as prioridades nacionais ainda precisam ser combinadas com metas e indicadores nacionais correspondentes à implementação dos ODS para a maioria dos países.

Para aqueles que selecionaram metas e indicadores, duas abordagens principais se destacam. Alguns países fizeram suas seleções com base em um mapeamento de dados e prioridades existentes e por meio de um processo liderado pelo governo. Outros adotaram uma abordagem mais inclusiva que inclui a consulta com atores não estatais sobre metas e indicadores como parte do processo de nacionalização.

Em termos de localização da Agenda, os relatórios revelam ampla variação em termos de até que ponto os governos locais estão envolvidos na implementação dos ODS até o momento. Os relatórios indicam que são necessários esforços adicionais para localizar os ODS em âmbito nacional.

Com base nesses resultados, muitos Estados Membros ainda precisam:

- Adotar formas inovadoras de conscientização sobre os ODS entre a população em geral, com vistas ao envolvimento de longo prazo, inclusive em parceria com a sociedade civil e outros atores não estatais.
- Identificar as prioridades nacionais de desenvolvimento sustentável e desenvolver metas nacionais associadas por meio de um processo inclusivo e participativo para complementar metas e indicadores globais.
- Fornecer apoio aos níveis de governo subnacionais para aumentar a conscientização sobre os ODS e desenvolver capacidades para a implementação em nível local, incluindo a tradução dos ODS em planos, programas e esforços de monitoramento locais

**PARTICIPAÇÃO DE ATORES E OUTRAS PARTES INTERESSADAS NO DESENVOLVIMENTO DE PRIORIDADES NACIONAIS E NO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO E REVISÃO.**

Em grande parte de seus relatórios de RNV, os países afirmam que estão consultando com diversos atores e partes interessadas na seleção das prioridades nacionais e na preparação das RNVs. No entanto, os relatórios das RNV forneceram vários graus de detalhamento em termos dos processos de consulta concretos. Há relatórios da sociedade civil disponíveis para 18 dos países analisados em 2017 no HLPF. Uma série de relatórios da sociedade civil observam que ainda há necessidade de traduzir a Agenda 2030 e os ODS para idiomas locais.

**MELHOR PRÁTICA**

**Escolher metas e indicadores nacionais por meio de consultas inclusivas com atores e partes interessadas locais.**

**Solicitar insumos verbais e por escrito de todas as partes interessadas na preparação de relatórios de RNV e oferecer aos interessados a oportunidade de revisar e comentar o primeiro rascunho do relatório.**

Com base nesses resultados, muitos Estados Membros ainda precisam:

- Assegurar que a participação de atores e partes interessadas na Agenda 2030 seja acessível, transparente, oportuno e inclusivo. Isso significa fazer uso de abordagens variadas e inclusivas para consultas, como métodos on-line e off-line, divulgar amplamente as oportunidades de consulta e com tempo apropriado para sua execução, inclusive em eventos subnacionais em diferentes partes do país e garantir que a informação esteja disponível em idiomas locais.
- Solicitar insumos verbais e por escrito de todas as partes interessadas na preparação de relatórios de RNV e oferecer aos interessados a oportunidade de revisar e comentar o primeiro rascunho do relatório.
- Incluir e apoiar atores não-governamentais e parlamentares a participar do HLPF, de acordo com os princípios de inclusão e parceria expressos na Agenda 2030.
- Apoiar plataformas multi-atores que promovam o diálogo entre os ODS e com diferentes setores com uma ampla gama de atores e partes interessadas. Isso ajudará a promover uma maior compreensão dos Objetivos e metas compartilhados e potenciais sinergias, impulsionar e fortalecer parcerias para a implementação.

**IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030**

As diretrizes comuns para os relatórios das RNV do Secretário Geral pedem aos Estados membros que delineiem suas melhores práticas, lições aprendidas na aceleração da implementação, desafios à implementação e onde eles gostariam de aprender com seus pares. Em 2017, os países relataram seus desafios e, em menor grau, as lições aprendidas. No entanto, poucos países registraram explicitamente suas melhores práticas ou áreas nas quais eles gostariam de aprender com outros. A disponibilidade de dados e o monitoramento do progresso são os desafios mais citados para a implementação em todos os relatórios de RNV, com países em desenvolvimento muitas vezes destacando a necessidade de apoio de parceiros de desenvolvimento. Em muitos casos, a informação fornecida é de natureza geral, e não é suficientemente específica para poder resultar em ação. Prestar contas sobre esses elementos é fundamental para a aprendizagem entre pares, bem como o desenvolvimento de parcerias para enfrentar os desafios em âmbito nacional. Esses resultados sugerem que pode haver a necessidade de as Nações Unidas explorarem com os Estados membros o porquê da subnotificação dessas dimensões, sobretudo considerando-se

o foco do processo de acompanhamento e revisão do HLPF no compartilhamento de conhecimentos e lições aprendidas.

A maioria dos países não estimou os custos da implementação, mas identificou fontes de financiamento públicas e privadas, nacionais e internacionais para apoiar a implementação. Os relatórios foram mais proeminentes para as finanças públicas internacionais em discussões sobre os meios de implementação seguido pelo desenvolvimento de capacidades e tecnologia. O desenvolvimento de parcerias estratégicas, particularmente em termos de cooperação Sul-Sul e triangular, é visto como uma forma importante de apoiar os próximos passos da implementação. Um número limitado de países (5) conclamou aos parceiros de desenvolvimento tradicionais a cumprir seus compromissos oficiais de assistência ao desenvolvimento. O mesmo número de países referiu-se à necessidade de finalizar pacotes de comércio para países em desenvolvimento. Os países mais comumente observaram a necessidade geral de desenvolvimento de capacidades para realizar a Agenda 2030. Em termos de próximos passos para a implementação, vários relatórios observaram a necessidade de uma maior “localização” da Agenda 2030 por meio do envolvimento com governos locais e para melhorar a capacidade de monitorar o progresso.



Com base nesses resultados, muitos Estados Membros ainda precisam:

- Informar claramente em seus relatórios de RNV sobre as melhores práticas, lições aprendidas no aceleração da implementação, os desafios à frente e onde existem oportunidades para aprender com os pares.
- Como parte essencial do processo, começar a integrar os ODS nos orçamentos nacionais e locais para garantir que recursos sejam alocados para a implementação, com base nas boas práticas de identificação de fontes de financiamento para a implementação da Agenda 2030 em âmbito nacional.
- Prestar contas sobre todos os meios de implementação. Essa informação é fundamental para avaliar as lacunas, inclusive em termos de identificação sobre onde são necessários maiores esforços domésticos e internacionais. Os Estados membros não conseguiram operacionalizar de forma significativa o Objetivo 8 dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio sobre Parceria Global. Os Estados membros devem assegurar que o Objetivo 17 dos ODS seja totalmente implementado.
- Reforçar os esforços dos países doadores para apoiar as prioridades de desenvolvimento de capacidades dos parceiros de desenvolvimento, incluindo o fortalecimento dos sistemas

estatísticos e das capacidades de atores e partes interessadas locais para implementar a Agenda 2030.

- Aumentar a assistência oficial ao desenvolvimento para apoiar a implementação da Agenda 2030. Os prestadores de assistência devem assegurar que cumprem o seu compromisso de fornecer pelo menos 0,7% de assistência oficial ao desenvolvimento como percentual da renda nacional bruta e 0,15% para os países menos desenvolvidos.
- Alinhar a cooperação Sul-Sul com as prioridades nacionais definidas pelos parceiros receptores de forma direta e responsável.
- Implementar acordos comerciais e agendas que beneficiem tanto países em desenvolvimento quanto desenvolvidos, incluindo a Agenda de Doha para o Desenvolvimento, e os Pacotes de Nairóbi (2015) e Bali (2013).
- Ampliar os esforços para enfrentar questões sistêmicas que afetem a implementação dos ODS, em particular a paz e a segurança internacionais, a fuga de capitais ilícitos, fraude e evasão fiscais, entre outras coisas.



### PARCERIA PARA CUMPRIR OS ODS

Em sua maior parte, os relatórios de RNV enfatizam as importantes contribuições de atores não estatais e outros e a importância crítica da parceria multi-atores para a implementação da Agenda 2030. No entanto, os relatórios das RNV não fornecem sistematicamente exemplos reais de contribuições específicas de atores e partes interessadas para além dos processos de consulta e participação em estruturas de implementação.

Os relatórios também não abordam o ambiente favorável para a sociedade civil (e a crescente diminuição do espaço disponível para as organizações da sociedade civil em todo o mundo), nem outros desafios que as organizações da sociedade civil enfrentam ao contribuir para a Agenda 2030; ao contrário, eles destacam iniciativas específicas da sociedade civil. Os relatórios da sociedade civil indicam a falta de conhecimento sobre a Agenda 2030 pelo público em geral e por outros atores envolvidos no desenvolvimento. Os financiamentos limitados para as atividades das OSC criam o obstáculo mais importante para a participação efetiva da sociedade civil na implementação da Agenda 2030.

Em vários casos, parece que os parlamentares estão contribuindo para a Agenda 2030 por meio de trabalhos de comitês, embora o relato sobre o papel dos parlamentares seja limitado. Da mesma forma, os relatórios das RNV como um todo fornecem exemplos limitados de papéis e iniciativas específicas apoiados pelo setor

privado e academia, sugerindo que é necessário mais trabalho para aumentar a conscientização sobre a Agenda 2030 e promover parceria com esses atores. Finalmente, os relatórios das RNV para os países em desenvolvimento revelaram que a maioria ainda não identificou as prioridades para o apoio dos parceiros de desenvolvimento para a realização da Agenda 2030, embora os papéis que os parceiros de desenvolvimento possam desempenhar no apoio à implementação sejam mais comumente destacados.

### MELHOR PRÁTICA

**Submeter um relatório nacional para a RNV que descreva sistematicamente as contribuições feitas por uma ampla gama de atores e partes interessadas, não apenas o governo nacional.**

- ✓ Com base nesses resultados, muitos Estados Membros ainda precisam:
  - Apoiar a sociedade civil para participar da implementação da Agenda 2030, criando um ambiente mais propício e, por meio de diálogos e consultas institucionalizados, inclui-los em espaços formais de governança, finanças e, quando necessário, desenvolvimento de capacidades.
  - Integrar a Agenda 2030 no trabalho dos comitês parlamentares, reconhecendo o papel crítico que os parlamentares desempenham como representantes dos cidadãos e garantindo uma prestação de contas nacional sobre o progresso.
  - Apoiar e desenvolver parcerias com uma variedade de atores não estatais, incluindo a academia e o setor privado.
  - Quando relevante, estipular claramente e fornecer detalhes em seus relatórios de RNV sobre as áreas prioritárias de apoio da comunidade internacional, estabelecendo os papéis que os parceiros de desenvolvimento podem desempenhar melhor para apoiar a aceleração da implementação da Agenda 2030.

### MEDIÇÃO E RELATÓRIOS

A maioria dos países forneceu informações sobre monitoramento e avaliação em âmbito nacional. Existem informações limitadas sobre a disponibilidade de dados para o monitoramento dos ODS em geral. No entanto, as informações sobre disponibilidade de dados, incluindo dados desagregados, geralmente não são claras ou não articuladas. A revisão mostra uma necessidade para os países - independentemente do seu nível de renda - de fortalecer a disponibilidade de dados para o monitoramento dos ODS. A produção regular de relatórios, em sua maioria de forma anual, é

uma promessa de 15 países em suas descrições sobre relatórios nacionais. Uma minoria de países planeja se reportar ao parlamento. Nos 31 relatórios que articulam as disposições nacionais para os relatórios, apenas um país, o Japão, registra quando enviará um próximo relatório de seguimento ao HLPF (2019).

Apesar da ênfase na importância das revisões regionais como parte do acompanhamento e revisão da Agenda 2030, dos 31 países que apresentaram relatórios em 2017, nenhum se referiu a atividades de aprendizagem ou revisão de pares em nível regional em relação à implementação da Agenda 2030; dito isto, alguns países se referiram a outras atividades relacionadas aos ODS em âmbito regional ou em agrupamentos especiais de países.

### MELHOR PRÁTICA

**Indicar os processos de produção de relatórios e prestação de contas em nível nacional para a implementação da Agenda 2030 nos relatórios das RNV.**

**Integrar a Agenda 2030 no trabalho dos comitês parlamentares, reconhecendo o papel crítico que os parlamentares desempenham como representantes dos cidadãos e garantindo prestação de contas (accountability) nacional sobre o progresso.**

- ✓ Com base nesses resultados, muitos Estados Membros ainda precisam:
  - Divulgar informações sobre a disponibilidade de dados, incluindo dados desagregados e seus esforços para melhorar a disponibilidade de dados, dada a importância dos dados para o monitoramento e a prestação de contas dos ODS, além do tema de “não deixar ninguém para trás”.
  - Vincular as revisões de progresso sobre a implementação da Agenda 2030 aos mecanismos de supervisão parlamentares, a fim de assegurar a prestação de contas em nível nacional.
  - Explicar em seus relatórios de RNV como eles planejam rever o progresso em nível nacional e prestar contas aos seus cidadãos sobre o progresso na Agenda 2030, para além de apresentar relatórios ao HLPF; e articular planos para futuras apresentações ao HLPF. Esses elementos são importantes para garantir a responsabilização (accountability) pelo progresso da Agenda 2030, identificando lacunas na implementação, permitindo a correção de curso e garantindo a transparência nos processos de elaboração dos relatórios.

- Identificar oportunidades para cumprir a Agenda 2030 em âmbito nacional e mundial por meio do envolvimento mais formal em iniciativas regionais e com países de posições análogas. Esse engajamento oferece oportunidades para compartilhar as melhores práticas e aprender lições entre pares.

### USO DAS DIRETRIZES COMUNS PARA OS RELATÓRIOS DO SECRETÁRIO GERAL

A maioria dos países incluiu grande parte dos elementos das diretrizes comuns para os relatórios em seus relatórios de RNV, com exceções notáveis para as análises temáticas e anexos estatísticos. No entanto, muitos dos relatórios de RNV não estão estruturados de acordo com as diretrizes. Isso pode dificultar a comparação de desafios compartilhados e boas práticas.

A ausência de detalhes em muitos relatórios de RNV torna difícil entender as necessidades do país, responsabilizar os atores específicos e identificar os melhores pontos de entrada para suporte. Há uma série de recomendações específicas para os Estados Membros e as Nações Unidas relativas às diretrizes comuns para os relatórios de RNVs que emanam dos resultados desta avaliação das RNV de 2017.

Apesar dos elementos faltantes observados, os relatórios de RNV ainda tendem a ser muito longos, repetitivos e desnecessariamente detalhados, com algumas seções das diretrizes pedindo a repetição da mesma informação. Não está claro como se espera que os Estados Membros diferenciem as análises dos Objetivos individualmente daquela sobre o tema do HLPF - particularmente quando vinculado a objetivos específicos. Da mesma forma, há uma tendência a uma repetição significativa na análise do ODS 17 sobre a Parceria para os Objetivos e os meios de implementação. Isso sugere que as Nações Unidas podiam explorar os desafios enfrentados pelos Estados membros em informar esses elementos e fornecer orientações adicionais para garantir que os elementos do relatório que mais contribuam para a aprendizagem e obtenção de apoio para implementação estejam presentes nos relatórios de RNV.

### Estados Membros



Com base nesses resultados, muitos Estados Membros ainda precisam:

- Seguir, na maior medida possível, as diretrizes propostas pelo Secretário-Geral para garantir que todos os elementos da implementação da Agenda 2030 sejam capturados e facilitem a comparação de desafios compartilhados, boas práticas e lições aprendidas.

- Incluir uma declaração do chefe de Estado para demonstrar o compromisso e dar visibilidade à agenda.
- Incluir um sumário executivo como uma ferramenta para fornecer um retrato do contexto, melhores práticas, desafios e lições aprendidas.
- Incluir uma introdução que seja útil para definir o panorama e apresentar os componentes do relatório, buscando ao mesmo tempo evitar a repetição na declaração de abertura e no sumário executivo.
- Incluir a metodologia para a RNV, com detalhes suficientes que articulem claramente como ocorreu o processo de redação do relatório, os tempos, o engajamento dos diferentes atores e as lições aprendidas. Isso proporcionará maior clareza sobre o que foi feito e como outros estados membros podem extrair da experiência de diferentes países.
- Continuar a fornecer informações sobre os esforços para aumentar a conscientização e promover a apropriação, em particular iniciativas-chave, êxitos e lições aprendidas neste processo.
- Reportar sobre todos os ODS com atenção específica às análises de lacunas e de linhas de base que forneçam uma clara articulação de onde estão essas lacunas.
- Continuar a apresentar informações sobre os mecanismos institucionais para a implementação da Agenda 2030, incluindo os arranjos de governança.
- Fornecer uma avaliação detalhada de sua agenda de longo prazo, descrevendo onde eles precisam ir e as etapas para chegar até lá, com base em lacunas e lições aprendidas até a data. Isso deve incluir os próximos passos em termos de acompanhamento e revisão com compromissos concretos a serem cumpridos pelos estados, fortalecendo o processo de RNV e esclarecendo o que os diversos atores podem esperar nos anos que se seguem aos relatórios de RNV ao HLPF.
- Incluir um anexo estatístico em seus relatórios de RNV conforme proposto pelas diretrizes comuns para os relatórios.

### Nações Unidas



Com base nesses resultados, as Nações Unidas ainda precisam:

- Explorar os desafios enfrentados pelos estados em aderir às diretrizes e fornecer orientações adicionais quando necessário.
- Fornecer orientação adicional aos estados membros sobre o seguinte:
  - elementos-chave necessários para ajudar a garantir a integração dos três pilares do desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental) em e entre os marcos de desenvolvimento nacionais.
  - os principais elementos a serem relatados na análise temática, com relação a como esses elementos devem se diferenciar da análise individual de cada objetivo.
  - como informar sobre os meios de implementação, reconhecendo as diferenças entre os países em desenvolvimento e desenvolvidos, e aqueles que são ambos beneficiários de assistência oficial ao desenvolvimento e fornecedores de cooperação Sul-Sul.
- Dentro das diretrizes comuns para relatórios das Nações Unidas:
  - racionalizar a forma como o ODS 17 é analisado, mais especificamente, combinando a análise de parcerias para os objetivos com os meios de implementação, devido à sobreposição significativa entre essas questões.
  - revisar as disposições para o anexo estatístico para fornecer informações sobre a disponibilidade de dados; de maneira a incluir dados desagregados, com referência a indicadores de âmbitos global e nacional. Isso proporcionará uma melhor perspectiva da capacidade geral dos países para monitorar a implementação do ODS.
  - Minimizar as seções sobre próximos passos e conclusões. Ao invés de encorajar os países a fornecer um resumo do relatório principal na conclusão, essa deve se concentrar em fornecer maiores detalhes sobre os próximos passos.

